



PONTO A PONTO

• GOVERNABILIDADE

A avaliação de Lula apresentou leve piora em uma semana: 51% desaprovam e 41% aprovam seu desempenho pessoal, ante 50% e 42%, respectivamente, no levantamento anterior; outros 8% não souberam responder. Sobre o governo, 52% desaprovam e 42% aprovam, enquanto 49% classificam o trabalho do presidente como ruim ou péssimo, 33% como ótimo ou bom e 15% como regular, segundo pesquisa PoderData/Aya.

• JUDICIÁRIO

A percepção sobre o STF é predominantemente negativa entre os eleitores: 51,6% concordam que os ministros decidem mais por interesse próprio do que pela lei, enquanto 10,9% discordam, 23,9% não concordam nem discordam e 13,6% não souberam ou não quiseram responder. Em relação à confiança na Corte, 21,3% dizem não ter nenhuma confiança, 28,4% têm pouca, 31,2% alguma e 7,3% muita confiança, segundo pesquisa Meio/Ideia.

• REDES SOCIAIS

Nas redes sociais, 83,6% das publicações sobre o ministro Alexandre de Moraes são negativas, em um universo de 18,9 milhões de publicações e 128 milhões de interações registradas entre 1º e 8 de setembro de 2026, volume comparável ao gerado pela participação da seleção brasileira na Copa do Mundo, segundo pesquisa da Timelens.

• ECONOMIA

A inflação oficial caiu 0,32% em agosto, após alta de 0,07% em julho, levando o IPCA a acumular 3,11% no ano e 4,22% em 12 meses, ante 4,44% no período anterior. Foi a menor taxa para agosto desde o Plano Real, influenciada principalmente pela queda de 1,87% em Habitação, de 0,86% em Transportes e de 0,34% em Alimentação e bebidas; a energia elétrica residencial recuou 7,63% com a incorporação do Bônus de Itaipu, enquanto passagens aéreas caíram 13,17% e combustíveis, 0,91%. Na outra ponta, Despesas pessoais subiram 1,30%, puxadas pela alta de 19,59% no cigarro, segundo dados do IBGE.

Fachin manda liberar sigilo do caso Master



O presidente do STF, Edson Fachin (Foto: Alejandro Zambrana/STF)

O presidente do STF, Edson Fachin, pediu na última quinta-feira (10) que André Mendonça retirasse o sigilo das investigações ligadas ao caso Master que serão discutidas na sessão de terça-feira (15). É nesta sessão que o plenário decidirá se abre investigação contra Alexandre de Moraes pelas mensagens trocadas com o ex-banqueiro Daniel Vorcaro. Mendonça atendeu ao pedido e tornou públicos trechos do inquérito relacionados ao julgamento marcado.

Moraes reagiu classificando a liberação de "seletiva". Segundo ele, Mendonça tornou públicos 15 procedimentos, deixando de fora 180 documentos que, segundo Moraes, também constam nos sistemas do STF e seriam relevantes para qualquer análise completa do caso. Em ofício enviado a Fachin, Moraes pediu a retirada total do sigilo, sem exceção, argumentando que a divulgação parcial permite que Mendonça controle a narrativa ao escolher previamente o que considera "conveniente" mostrar, em prejuízo da própria capacidade dos demais ministros de avaliar o conjunto da prova antes de votar.

Além de questionar o critério de divulgação, Moraes pediu que a sessão de terça trate, no mesmo julgamento, da conduta do próprio Mendonça, e não apenas da sua. A preocupação nos bastidores da Corte é que separar as duas discussões, julgando primeiro as referências a Moraes para só depois, eventualmente, discutir as suspeitas que recaem sobre Mendonça, criaria uma assimetria capaz de comprometer a legitimidade do resultado, com um dos ministros sendo avaliado enquanto o outro permanece fora do escrutínio da mesma sessão.



TENDÊNCIA: A discussão sobre o alcance do sigilo e sobre se o julgamento deve ou não incluir a conduta de Mendonça ameaça consumir parte do tempo da sessão de terça antes mesmo de o plenário chegar ao mérito da investigação contra Moraes. Quanto mais questões processuais surgirem nos dias que antecedem o julgamento, maior o risco de a sessão esbarrar logo no início num pedido de vista, o que empurraria para um futuro incerto justamente a decisão que deveria dar algum desfecho à crise.

STF vota terça-feira se abre investigação contra Moraes, com Cármen Lúcia como fiel da balança



Os ministros do STF, Alexandre de Moraes e André Mendonça (Foto: Antonio Augusto/STF)

O plenário do STF vota nesta terça-feira (15) se autoriza a abertura de investigação contra Alexandre de Moraes pelas mensagens que expuseram sua relação com o ex-banqueiro Daniel Vercaro, do Banco Master. O placar projetado por observadores da Corte aponta 4 a 3 a favor da abertura, com Nunes Marques, Luiz Fux, André Mendonça e o presidente Edson Fachin nesse campo, contra Gilmar Mendes, Flávio Dino e Cristiano Zanin. Dias Toffoli sinalizou a interlocutores que não deve votar, já que está declarado impedido sobre os temas do Banco Master, o que deixa Cármen Lúcia na posição de voto decisivo, hoje o mais indefinido do colegiado. Se ela votar pela abertura, o placar vai a 5 a 3. Se votar contra, o resultado empata em 4 a 4, cenário que é favorável a Moraes, pois o empate é pró-réu.

Fachin passou a última quinta-feira (10) em reuniões com colegas e com o procurador-geral da República, Paulo Gonet, para alinhar o formato da sessão de terça. Ministros alertaram o presidente do STF sobre o risco real de um pedido de vista interromper o julgamento assim que ele começar, movimento que adiaria a decisão por tempo indeterminado e prolongaria ainda mais a crise. Paralelamente, os aliados de Moraes defendiam transformar a sessão em reunião fechada, sem acesso do público, para tentar conter o desgaste de imagem de discutir publicamente a conduta de um colega de plenário. Fachin, no entanto, decidiu manter a sessão aberta e presencial, avaliando que fechar o debate transmitiria a impressão ainda mais negativa de que o STF prefere tratar o caso longe da transparência que costuma exigir de investigações semelhantes.

Na noite de sábado, 12, Fachin decidiu assumir a relatoria do caso Moraes, retirando o tema das mãos de André Mendonça. Nos bastidores, fala-se que o gesto ocorreu em acordo com Mendonça, para buscar diminuir as estratégias dos aliados de Moraes em alegar suspeita e buscar a nulidade das provas. Além

disso, Fachin, na presidência do STF, terá mais poder ao conduzir o tema do que o colega.

Além disso, Fachin determinou que Mendonça mantenha as investigações do INSS e do Master suspensas até o dia 15, no julgamento de Moraes, para evitar novos complicadores e diminuir a força do argumento da "ala da blindagem" que alega falta de tempo para analisar todo o material antes de decidir por investigar ou não Alexandre de Moraes.

Um ponto ainda em aberto é se o próprio Moraes vai votar no julgamento que trata da sua conduta. A regra tradicional do STF, aplicada pelo próprio ministro em outros casos, como quando se declarou impedido de julgar recurso sobre a soltura de Jair Bolsonaro, aponta para o afastamento de quem tem interesse direto no resultado. Mas parte dos aliados de Moraes já defende publicamente que ele não deveria ser impedido de participar da sessão, argumentando que ele não praticou nenhum ato de parcialidade comprovada, tese sustentada abertamente por Gilmar Mendes em outras disputas envolvendo o colega.

Enquanto o julgamento não chega, os movimentos nos bastidores se multiplicam para tentar esvaziar o valor das provas reunidas pela PF. Depois de Moraes pedir a inclusão de Mendonça no Inquérito das Fake News com base num relatório da PF sem assinatura formal, que classificou o material como "apócrifo" e responsável por prejudicar investigações em curso, Mendonça reagiu afastando temporariamente o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, submetendo a decisão à Segunda Turma. Nunes Marques e Fux referendaram o afastamento, mas Gilmar Mendes pediu vista e levantou a hipótese de que a medida poderia gerar "desequilíbrio da disputa político-eleitoral", sem especificar a favor de qual candidato. Dino foi além, usando um processo distinto para reintegrar Andrei ao cargo, decisão que contraria diretamente a de Mendonça e reabre a disputa sobre quem tem competência para decidir sobre o comando da PF nesse momento. Fachin suspendeu ambas as decisões e agora terá de decidir sobre a permanência ou não de Andrei, que é mencionado nas mensagens de Vercaro endereçadas a Moraes.

Não há paralelo na história da República brasileira. O que assistiremos nesta terça-feira é totalmente inédito. Tudo é possível.



TENDÊNCIA: Manter a sessão aberta apesar da pressão interna e do risco concreto de um pedido de vista mostra Fachin priorizando a imagem pública de transparência da Corte em detrimento de uma solução mais rápida e discreta para a crise. Assim como Fachin, Cármen Lúcia também dá importância à transparência e ao peso da opinião pública nestes casos e pode votar a favor da abertura da investigação contra Moraes, apesar de ser sua aliada.

Pesquisas mostram Lula e Flávio empatados tecnicamente



O pré-candidato à Presidência da República, Flávio Bolsonaro (Foto: Reprodução)



Uma sequência de pesquisas divulgadas na primeira semana de setembro converge para o mesmo diagnóstico, mesmo com metodologias e números distintos. A Quaest, publicada em 7 de setembro, mostrou Lula e Flávio Bolsonaro empatados em 41% cada no segundo turno. A BTG/Nexus, no dia seguinte, deu vantagem simbólica a Flávio, com 46% contra 45% de Lula. A Datafolha, divulgada em 3 de setembro, foi na direção oposta, com Lula em 46% e Flávio em 44%. Já a PoderData/Aya, na mesma data, mostrou Flávio com 45% e Lula com 44%. Em todos os quatro casos, a diferença ficou dentro ou muito perto da margem de erro.

O padrão que emerge dessas pesquisas é mais relevante do que qualquer número isolado. Nenhum instituto mostra folga clara para nenhum dos dois lados, o que confirma a leitura que já vinha se consolidando nas últimas semanas, de uma disputa polarizada e genuinamente competitiva, sem favorito estatisticamente destacado. A variação entre os institutos também reflete diferenças de metodologia e momento exato da coleta, alguns feitos antes e outros depois da revelação das mensagens entre Moraes e Vorcaro, o que pode ajudar a explicar parte do vaivém entre as pesquisas.

TENDÊNCIA: Com o primeiro turno cada vez mais próximo e o cenário de segundo turno beirando o empate técnico em praticamente todos os institutos, a crise no STF e seus desdobramentos tendem a pesar mais do que normalmente pesariam num cenário de vantagem consolidada para qualquer um dos dois lados. Cada nova pesquisa passa a funcionar como termômetro de curtíssimo prazo, e pequenas oscilações de 1 ou 2 pontos, hoje dentro da margem de erro, podem ganhar peso desproporcional na cobertura da campanha nas próximas semanas. Tende a ser uma disputa definida voto a voto.

Fachin tira Moraes da relatoria do inquérito das fake news



Os ministros do STF, Edson Fachin e Alexandre de Moraes (Foto: Lula Marques/AGPT)

O presidente do STF, Edson Fachin, revogou na última quarta-feira (9) a designação de Alexandre de Moraes como relator do Inquérito das Fake News, aberto em 2019, e assumiu o comando das investigações. Segundo a decisão, a mudança decorre da necessidade de estabelecer segurança jurídica e delimitação institucional adequada, mas preserva todos os atos praticados regularmente durante o período em que Moraes conduziu o inquérito, que passam a valer a partir de 9 de setembro sem efeito retroativo.

A decisão chega no auge da crise entre Moraes e Mendonça em torno do caso Master, mas não nasceu apenas dela. Fachin já vinha defendendo publicamente o encerramento do inquérito, hoje com sete anos de duração, por avaliar que um instrumento pensado para responder a um momento específico de ataques à Corte não deveria seguir aberto indefinidamente, sob relatoria fixa do mesmo ministro. Tirar Moraes da relatoria justamente na semana em que ele é alvo de pedido de investigação dentro desse mesmo inquérito, por outro lado, também funciona como um gesto de distanciamento institucional, evitando que o ministro continue à frente de um processo que pode, em algum momento, se voltar contra ele próprio.

TENDÊNCIA: Ao assumir pessoalmente a relatoria, Fachin concentra em suas mãos tanto a condução da crise entre Moraes e Mendonça quanto o destino de um dos instrumentos mais usados pelo STF na última década para lidar com ataques à própria Corte. Essa centralização pode ajudar a dar um verniz de neutralidade ao processo num momento de desconfiança generalizada entre os ministros, mas também expõe Fachin a um desgaste pessoal caso qualquer decisão futura sobre o inquérito seja lida como favorável a um dos lados da disputa interna.

Fachin dá 24 horas para Mendonça liberar documentos do Master



Os ministros do STF, Edson Fachin e André Mendonça (Foto: Victor Piemonte/STF)

O presidente do STF, Edson Fachin, acolheu na última sexta-feira (11) pedido da PGR e determinou que André Mendonça remeta, em até 24 horas, todos os procedimentos ligados a Pet 15.556 e a Operação Compliance Zero a Presidência e aos gabinetes dos demais ministros, com levantamento do sigilo, ressalvadas apenas diligências em curso cuja divulgação possa prejudicar as apurações. A PGR argumentou que a lista de documentos liberada por Mendonça excluía grande parte dos procedimentos ligados à investigação mais ampla, o que poderia passar uma falsa ideia de transparência.

O pedido da PGR chegou horas depois de Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin enviarem ofícios a Fachin na mesma linha. Zanin pediu acesso a uma mídia específica necessária à análise de requerimentos da PGR que serão julgados na próxima semana. Moraes, por sua vez, reiterou críticas à liberação "seletiva" do sigilo por Mendonça, apontando a ausência de 180 documentos, e pediu o julgamento conjunto das petições sobre suas mensagens com Daniel Vercaro e sobre a atuação de Mendonça nas investigações.

O episódio ocorre dias após Mendonça retirar o sigilo das principais apurações do caso Master a pedido de Fachin, mantendo em segredo frentes como as apurações sobre o senador Jaques Wagner e o financiamento do filme "Dark Horse", que envolve conversas entre Vercaro e Flávio Bolsonaro.

TENDÊNCIA: Ao acolher o pedido da PGR na véspera da sessão de terça, Fachin amplia a pressão para uniformizar o acesso à prova antes do julgamento, reduzindo a margem para questionamentos processuais sobre assimetria de informação entre os ministros. O prazo apertado de 24 horas indica que a Presidência do STF quer resolver a disputa sobre o sigilo antes que ela contamine ainda mais o mérito da investigação contra Moraes.

Fachin derruba as duas decisões sobre Andrei Rodrigues



O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues (Foto: Sérgio Lima/Poder360)

O presidente do STF, Edson Fachin, suspendeu tanto a decisão de André Mendonça que havia afastado o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, quanto a decisão de Flávio Dino que o reconduzira ao cargo horas depois. Na prática, Andrei permanece à frente da corporação, mas agora sob nova condição, Fachin determinou que ele seja intimado a prestar esclarecimentos em 48 horas sobre as suspeitas de monitoramento irregular que motivaram o afastamento original, e só depois desse prazo a Presidência do STF vai decidir sobre sua permanência no cargo, com base na Lei Orgânica da Magistratura.

Ao justificar a suspensão das duas decisões anteriores, Fachin afirmou que a sucessão de despachos monocráticos e conflitantes criou "comandos incompatíveis entre si" à frente da PF, gerando risco concreto à ordem pública e à própria integridade institucional da Corte. O trecho mais duro do despacho mira diretamente Dino, quando Fachin deixa claro que cabe exclusivamente à Presidência do STF cancelar uma decisão de outro ministro, questionando a base jurídica usada por Dino para reverter unilateralmente a medida de Mendonça.

TENDÊNCIA: Fachin tenta encerrar a disputa entre colegas e retomar algum grau de respeito aos ritos do STF que foram tão desrespeitados nos últimos dias, especialmente pela decisão de Flávio Dino na tentativa de atropelar a segunda turma. A resposta de Andrei Rodrigues se torna, assim, tão relevante quanto o próprio julgamento de terça, já que pode definir se a crise ganha mais um capítulo com a saída do diretor-geral da PF ou se o episódio se encerra com sua permanência.

Governo anuncia pacote de R\$ 7 bilhões para segurar preço de combustíveis até outubro



O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (Foto: Ricardo Stuckert/PR)

O governo ampliou nesta semana as medidas para conter a alta dos combustíveis provocada pela instabilidade internacional do petróleo. Um decreto reduziu em R\$ 0,63 por litro os tributos de PIS/Pasep e Cofins sobre a gasolina, levando a carga tributária total do combustível a R\$ 0,16 por litro, e zerou temporariamente as contribuições sobre o etanol hidratado, corte de R\$ 0,19 por litro. Uma medida provisória separada autorizou a União a conceder subsídio de R\$ 1 por litro a produtores e importadores de diesel rodoviário, enquanto durar a instabilidade de abastecimento ligada aos conflitos geopolíticos em curso.

Segundo o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, o impacto combinado das medidas soma R\$ 7 bilhões, com efeito mensal estimado em R\$ 2 bilhões, e vale de 10 de setembro a 9 de outubro, janela que cobre exatamente o período entre o início da propaganda eleitoral em rádio e TV e o primeiro

turno. A Petrobras acompanhou o movimento cancelando um reajuste já anunciado e reduzindo o preço médio de venda da gasolina A para as distribuidoras a R\$ 3,05 por litro a partir de 10 de setembro.

A coincidência entre o prazo de validade do pacote e o calendário eleitoral dificilmente passa despercebida, e o desenho da medida, com vencimento logo após o primeiro turno, sugere que o alívio no preço dos combustíveis foi calibrado para produzir efeito perceptível ao consumidor justamente na reta final da campanha. Resta saber se o custo fiscal de R\$ 7 bilhões, concentrado num prazo tão curto, terá sustentação depois de outubro, ou se o preço dos combustíveis volta a subir assim que a urgência eleitoral desaparecer do cálculo do governo.

Em destaque no Ranking

● RANKING DOS POLÍTICOS ASSINA O MANIFESTO BRASIL ADIANTE

O **Ranking dos Políticos** confirmou sua adesão ao Manifesto Brasil Adiante, iniciativa do jornal Estadão que reúne o Caderno de Propostas 2027-2030, com contribuições apresentadas às candidaturas à Presidência da República para o próximo mandato. O nome da organização passa a integrar a lista de signatários do documento, que será acompanhado também na etapa de monitoramento da execução das propostas, com início previsto para 2027. [Leia mais.](#)

● RANKING DOS POLÍTICOS LANÇA MANIFESTO COBRANDO INVESTIGAÇÃO SOBRE O CASO MASTER

O **Ranking dos Políticos** divulgou na última terça-feira (8) um manifesto sobre a crise institucional aberta pelo caso Master. O documento pede investigação independente, o afastamento cautelar do ministro Alexandre de Moraes, do STF, e uma resposta do Senado Federal, diante das suspeitas de envolvimento do magistrado, do procurador-geral Paulo Gonet e do diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, no caso do Banco Master.

O manifesto também pede que Gonet e Andrei Rodrigues não conduzam nem revirem procedimentos sobre fatos que envolvam suas próprias condutas, e cobra do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, uma resposta compatível com a gravidade do momento. [Leia a íntegra do manifesto aqui.](#)

PARLAMENTAR DA SEMANA



Senador Jaime Bagattoli (PL-RO)

Jaime Maximino Bagattoli nasceu em Presidente Getúlio (SC) e é empresário do agronegócio, tendo se mudado para Rondônia em 1974. Candidatou-se ao Senado pela primeira vez em 2018, sem êxito, e foi eleito em 2022 com 289.553 votos. É membro titular das comissões de Agricultura, Meio Ambiente e Assuntos Econômicos, defendendo o livre empreendedorismo, o fortalecimento do setor produtivo e o combate à corrupção, além de pautas de saúde, educação e infraestrutura regional.

Jaime Bagattoli recebeu o **Prêmio Excelência Parlamentar** em 2023, 2025 e 2026 pelo **Ranking dos Políticos**.



Desde 2011 o Ranking dos Políticos tem como propósito trazer transparência para o desempenho e performance dos representantes no Congresso Nacional, de forma apartidária e independente.

Nosso levantamento leva em consideração os pilares **eficiência da máquina pública, melhoria do ambiente de negócios e combate à corrupção**.

Nossa área de inteligência promove ainda pesquisas e estudos com a finalidade de promover a educação cívica dos brasileiros, como o Radar Político.

Equipe técnica:

-  Juan Carlos
-  Danylo Shimano
-  Luan Sperandio
-  Daniel Galvêas
-  Gabriel Jubran
-  Victor Ribeiro

Projeto Gráfico:

-  Tamyres Meyer

Diagramação:

-  Giancarlo Mendes

Ajude a garantir a sustentabilidade do maior projeto de melhoria do Congresso Nacional brasileiro.



FAÇA UMA DOAÇÃO!

Associação Voto Real / CNPJ 15.747.906/0001-41
BTG Pactual - Agência 0050 c/c 00489493-6
ranking.org.br/apoie

www.ranking.org.br



contato@ranking.org.br

Setor de Autarquias Sul Q. 4 Bloco A
Edifício Victoria Office Tower, 602
1º andar, Sala 104, Asa Sul, Brasília - DF
CEP: 70070-938

Mantenedores:

